

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



REPÚBLICA

VOLUME 27, 2006

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A ORDEM E A PATRIA NA ACÇÃO DE UM PRESIDENTE DA REPÚBLICA MONÁRQUICO: CANTO E CASTRO

1. Introdução

Castelo Branco Chaves, num artigo publicado em 1919, no diário integralista *A Monarquia*, indicava, entre os seus mestres, Auguste Comte, H. Taine e Fustel de Coulanges (três expoentes do positivismo, filosofia do republicanismo e do naturalismo estético, segundo disse Starobinski). A todos unia a convicção de que os factos são o ponto de partida do conhecimento e, por eles, em última instância, devem ser verificadas e validadas as teorias; que há uma estática e uma dinâmica dos factos sociais cujas leis podem ser conhecidas; que a diferença entre os factos naturais e sociais é de complexidade e de organização; que os factos sociais (e implicitamente, os políticos e os morais) têm a sua matriz de inteligibilidade na biologia; que uma sociedade será tanto mais desenvolvida e progressiva quanto mais organizada for; que organização significa subordinação das partes ao todo, hierarquia e ordem. O princípio do aperfeiçoamento social não era, pois, transcendente ou metafísico, mas imanente ao homem e positivo (podia ser conhecido pelas leis que o exprimiam). Para aqueles corifeus do positivismo, os princípios constitutivos das sociedades e dos Estados modernos (como o individualismo, o Contrato Social, a Soberania Popular, os Direitos do Homem e do Cidadão, a Vontade Geral, etc.),

* Universidade do Minho.

ainda que úteis como estratégia de combate ao estádio teológico das sociedades, a seu tempo, também, caducariam, irremediavelmente, devido ao lastro metafísico que os inquinava, para dar lugar ao estádio positivo, onde chegaríamos e nos deveríamos fixar. Neste último estádio - onde a ciência será a religião da Humanidade e as "competências" os seus sacerdotes - não haverá lugar para devaneios metafísicos nem para as religiões organizadas (o que não quer dizer que se obnubile o sentimento religioso, identificado com a relação de temor, respeito e deslumbramento pelo Incognoscível); nem haverá lugar para a desordem inerente às vontades individuais; imperarão as leis sociais, a organização e a ordem. Consequentemente, também, o homem será diferente. A ciência e a selecção natural, por um lado, e o altruísmo, a heroicidade e a abnegação, por outro (expressão da solidariedade da espécie), dar-nos-ão um "homem novo", cuja expressão mais visível e tangível se podia encontrar, aparentemente, nos militares de carreira. Assim se percebe que, depois da I Guerra Mundial - com a crise das democracias (e da metafísica jurídico-política saída da Revolução Francesa de 1789, que lhe subjaz como matriz) e com a crise económica e social - fosse cada vez mais desejável, sobretudo entre as elites burguesas e rurais, que a sociedade "democrática" evoluísse, rapidamente, para uma sociedade organizada e ordenada, regida por governos fortes, competentes e "patrióticos", atentos à eficácia social das suas medidas - como erradicar do País os efeitos da Guerra (a fome e a carestia dos géneros alimentícios, por exemplo) - e avessos aos conluios clientelares e/ou às discussões político-partidárias, de índole particular ou metafísica com que se entretinham os partidos republicanos e as forças anarquistas e comunistas. Estes sentimentos colectivos - cuja emergência muito devem à conjugação do positivismo (cientismo e progresso na ordem), do evolucionismo (com o seu Estado industrial de "competências"), do organicismo (quer como matriz de inteligibilidade dos fenómenos sociais quer como critério de explicação do decadentismo e da crise económica decorrente da I Guerra) - permitem-nos entender muito do que foi o Sidonismo (mesmo que Sidónio não tivesse existido). Não surpreende, pois, que o grande problema do após-Guerra tenha sido o problema do Progresso na Ordem - como veremos - agudizado, entre nós, pela morte do Presidente-Rei.

2. O problema da Ordem

Depois do assassinato de Sidónio Pais, em 14 de Dezembro de 1918, o problema da Ordem saltou para a ribalta política como o primeiro de todos os problemas a resolver. Com excepção dos sectores operários sindicalistas e dos revolucionários civis, nenhuma força política era indiferente a esse problema que, depois de 14 de Dezembro, ganhou inusitada acuidade e magnitude, pois não só os republicanos conservadores e os adversários da República receavam que o poder caísse na "rua" mas os últimos - no qual se destacavam os integralistas - temiam o regresso da "República velha" ou seja, o regresso de uma República à sombra e/ou sobre a chefia do Partido Democrático. Abundam os testemunhos dessa obsessão pela ordem (ainda que divergentes quanto às soluções governativas que esse problema poderia vir a ter) que referiremos a título, meramente, exemplificativo.

Para o *Partido Nacional Republicano* - que procurou dar corpo ao movimento sidonista mas que, em rigor "nunca teve um programa definido", para além dos princípios deduzidos dos discursos de Sidónio Pais, - a ordem (e a *República Nova* que sobre ela se devia construir) foi o seu mote programático mais importante (opondo-a à desordem e à "demagogia" democrática que considerava incompatível com os partidos políticos republicanos - que, alegadamente, dividiam a Nação e antepunham os seus interesses particulares aos da Pátria - e com o parlamentarismo (a partir do qual esses partidos controlavam o poder executivo)⁽¹⁾. Em sentido afim ia o programa do *Partido Centrista Republicano* (de Egas Moniz, Vasconcelos e Sá, Simas Machado e Malva do Vale) fundado em 1917, que se multiplicou, também, obsessivamente, em apelos à ordem e à

⁽¹⁾ A. H. de Oliveira Marques, (coord.), *Portugal/Da Monarquia para a República*, vol. XI, da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 388-89. Segundo Oliveira Marques "O Sidonismo sobreviveu à morte de Sidónio no que respeita à organização partidária. O *Partido Nacional Republicano* acrescentou à sua designação a palavra "Presidencialista" que melhor o definia e caracterizava; como tal, concorreu às eleições legislativas de 1921 e 1923, embora com magros resultados" (A. H. de Oliveira Marques, (coord.), da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 389.

disciplina social; embora, também, incluísse "republicanos dissidentes do Partido Evolucionista (por não poderem continuar a aceitar a aliança e a colaboração dos Democráticos)"⁽²⁾ ³, nele predominavam os monárquicos, defensores duma tradição de robustecimento da autoridade e do poder central, que constituirá - na opinião de Oliveira Marques - "um dos alicerces dos partidos de direita e mesmo de extrema direita que desembocariam no Fascismo"⁽³⁾. Também para o filossilidonista *Diário de Notícias*, os nossos problemas não eram nacionais nem internacionais, nem financeiros nem económicos: estávamos do lado dos vencedores da guerra, não tínhamos problemas muito diferentes dos problemas das outras nações beligerantes e nos territórios ultramarinos tínhamos riquezas que, exploradas, resolveriam todos os nossos problemas económicos e financeiros⁽⁴⁾; o nosso problema era outro: era uma "grave crise de doença social (chamemos-lhe assim) afectando os costumes e o carácter, que só uma espécie de terapêutica - que se podia resumir numa palavra - podia atenuar ou debelar, mesmo: a Ordem"⁽⁵⁾. O próprio *Partido Democrático* salientava, no mês de Agosto de 1919, face ao surto grevista e bombista, a necessidade prioritária de se estabelecer a ordem, ainda que não pela violência sistemática. A mesma preocupação por um Governo de Ordem é manifestada pelos Integralistas, mas de modo muito mais elaborado e justificado. Para Lucas Guerreiro, a ordem era mesmo o problema primeiro da ciência política (mesmo anterior, ao problema económico como defendiam os democráticos e os socialistas), pois sem a sua resolução não havia medidas económicas exequíveis e duradouras, por melhores que fossem⁽⁶⁾; causalidade que não é fácil de vislumbrar, pois o que nos mostra a experiência histórica é que nos regimes autoritários (no caso de Lucas Guerreiro apontar o autoritarismo como solução para o problema da ordem) a economia é, socialmente, menos eficaz e benéfica do que nos regimes de liberdade ou "democráticos". António Sardinha, por sua vez, embora também, reclamando um governo de Ordem, advertiu que não se devia confundir a ordem "natural" (resultante da "boa reciprocidade

(2) *Idem, ibidem*, p. 387.

(3) *Idem, ibidem*, p. 388.

(4) E E. S., "Dr. Sidonio Pais", *Diário de Notícias*, 23-XII-1918, p. 1.

(5) *Idem, ibidem*.

(6) Lucas Guerreiro, "O problema da Ordem", *A Monarquia*, ano III, n.º 575, 15-X-1919, p. 1.

de todos os órgãos sociais" e, por isso mesmo, trans-pessoal) com a ordem imposta pela violência, pois a ordem não é repressão; a ordem repressiva é sempre "condicional e insubstente", porque anda ligada à existência sempre frágil de quem quer que seja o seu mantenedor⁽⁷⁾. Também, para os *novos* - como o sidonista Martinho Nobre de Melo, então um jovem professor de Direito, que teve um papel importante na obra legislativa de Sidónio - o Governo pós-sidonista deveria ser um Governo de Ordem capaz de salvaguardar a força e independência da colectividade, mas não a ordem passadista (sinónimo de imobilismo), nem a ordem dos revolucionários civis e bolcheviques, nem a ordem do democratismo e do relativismo burguês das facções políticas e partidárias⁽⁸⁾. Enfim, de todos os quadrantes políticos se reclamava, depois de Sidónio, um Governo de Ordem. Mas que soluções apresentavam, para esse problema, os que detinham o poder, ou seja, os sidonistas e os monárquicos?

3. As soluções para o problema da Ordem

Efectivamente, o Poder estava nas mãos dos sidonistas e/ou monárquicos. Cabia a estes, portanto, decidir como manter a Ordem, continuá-la e definir em que sentido deveria orientar-se. Ora quanto a este magno problema as divergências eram grandes e, sob certos aspectos, irreduzíveis até ao confronto armado (*Monarquia do Norte*).

Começemos pelos monárquicos (onde se incluíam os partidários de D. Manuel II e da Monarquia Constitucional e, também, os Integralistas) que, durante o Sidonismo (ainda que não só), se alcançaram às mais elevadas chefias nas forças armadas e policiais, na administração pública e nas instituições políticas. Ora, entre estes, estava longe de haver consenso quanto às soluções a dar ao problema da ordem. Os monárquico-liberais - em conformidade com as instruções, expressamente, dadas a Aires de Orneias (líder da minoria monárquica no Parlamento) pelo pretendente ao trono de Portugal (D. Manuel, exilado em Inglaterra) - tinham ordens para respeitar o Governo que, dentro das instituições republicanas vigentes,

⁽⁷⁾ António Sardinha, "E Agora?", *A Monarquia*, ano II, n.º 515, 8-1-1919, p. 1.

⁽⁸⁾ Martinho Nobre de Melo, "O triunfo da Ordem", *A Monarquia*, ano III, n.º 523, 17-1-1919, p. 1.

assegurasse a estabilidade política e social até às conclusões da Conferência de Paz⁽⁹⁾, demarcando-se e opondo-se a qualquer tentativa imediata de restauração monárquica pela violência (como pretendiam os comandos das Juntas Militares e o disseram a Aires de Orneias na reunião tida com este, na noite do assassinato de Sidónio, no Governo Civil de Lisboa)⁽¹⁰⁾; repudiar ou opor-se a qualquer ditadura militar (que poderia provocar a guerra civil e a subsequente intervenção estrangeira)⁽¹¹⁾; e apoiar o sidonismo, na medida em que não só pela doutrina e orientação mantinha os democráticos longe do poder mas podia servir para uma transição pacífica, a curto prazo, para o restabelecimento da Monarquia, pelo exército⁽¹²⁾. Esta estratégia do pretendente ao trono de Portugal, não era, porém, comungada por todos os monárquicos liberais. Colocados nos altos cargos e chefias do Exército, durante o Sidonismo, graças à mediação de Teófilo Duarte junto do "Presidente-Rei", tinham-se organizado, depois de 5 de Dezembro de 1918, nas chamadas Juntas Militares, com o objectivo de apoiar Sidónio Pais e prevenir a situação posterior ao seu eventual desaparecimento, (mais exactamente, evitar que o poder caísse na rua ou nas mãos dos republicanos históricos, especialmente dos democráticos); cépticos e, partidariamente, indisciplinados quanto às chefias políticas - ou seja, às ordens de D. Manuel e de Aires de Orneias⁽¹³⁾ - defendiam (todos os comandos do Porto e alguns de Lisboa)⁽¹⁴⁾ a ditadura militar e a restauração imediata da monarquia (como veio a acontecer com a *Monarquia do Norte*, em 19 de Janeiro de 1919). Se, durante o tempo de Sidónio, o tinham apoiado e respeitado - porque viam nele a transição pacífica para a Monarquia, ainda que o seu desiderato restauracionista tenha esbarrado no presidencialismo que aquele acabou por assumir - já não se sentiam, contudo, vinculados a esse compromisso de lealdade,

(9) Palavras de D. Manuel ao ministro de Portugal, em Londres, Augusto de Vasconcelos (*Diário de Notícias*, 28-XII-1918).

(10) Miguel Dias Santos, *Os Monárquicos e a República Nova*, Lisboa, Quarteto, 2003, p. 175 e Teófilo Duarte, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Portugália, (1941), p. 336.

(11) Ver "A Crise", *O Dia*, 4-1-1919.

(12) Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 173 e 185-86.

(13) *Idem, ibidem*, p. 180.

(14) José Luciano Soliari Allegro, *Para a História da Monarquia do Norte*, Lisboa, Bertrand, 1988, p. 76.

depois da morte de Sidónio. Esta intenção restauracionista das Juntas Militares era apoiada e incentivada por muitos outros monárquicos, também, fiéis ao ideário monárquico-liberal, como o grupo do periódico *A Pátria!* que não via outra alternativa ao sidonismo senão a restauração imediata do trono, competindo ao exército executar essa tarefa patriótica e redentora⁽¹⁵⁾ 16; e numa clara alusão a Aires de Orneias e aos que se opunham a uma intervenção militar pró-monárquica imediata, o Visconde do Banho (que haveria de ser ministro de Paiva Couceiro) respondia, indignado: "como se nós não fossemos os donos legítimos da nossa casa"⁽¹⁶⁾. Enfim, de um modo geral, os monárquico-liberais, mais ou menos infiéis a D. Manuel (e eram a maior parte) defenderam uma ditadura militar, com um triplo objectivo: evitar o regresso da "República Velha" (possibilidade que crescia à medida que se acentuava o esforço conspirativo dos republicanos revolucionários da aliança democrático-evolucionista-unionista"⁽¹⁷⁾); salvaguardar a estabilidade política; e evitar um governo que continuasse o sidonismo (cujo projecto consideravam extinto com a morte de Sidónio)⁽¹⁸⁾; e assegurar o futuro da direita, preparando o caminho para a Monarquia⁽¹⁹⁾. Foi o que afirmou, explicitamente, António Cabral: "indiquei aqui imediatamente a constituição de um governo forte, militar, tendo em vista, principalmente manter a ordem e a justiça, e, como fim imediato, varrer a estrada por onde depois se deve seguir normalmente e com segurança"⁽²⁰⁾, ou seja, para a Monarquia; assim se compreende a sua hostilidade em relação à atitude anti-revolucionária de Aires de Ornelas que *O Dia* virá a acusar de ter praticado um "erro gravíssimo", ao contrariar, em nome

⁽¹⁵⁾ "Salvem a Pátria! Salve-a o Exército!" (*A Pátria!*, 16-XII-1918), *apud* Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 177.

⁽¹⁶⁾ Visconde do Banho, "O que se passa", *O Comércio de Visen*, 30-XII-1918; ver Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 177.

⁽¹⁷⁾ "Política à parte - Eis os inimigos", *O Liberal*, 2-XII-1918, *apud* Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 178.

⁽¹⁸⁾ Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 178.

⁽¹⁹⁾ *Idem, ibidem*, p. 179.

⁽²⁰⁾ "Exército", *O Liberal*, 18-XII-1918; ver, ainda, neste mesmo sentido, as opiniões apresentadas n'0 *Liberal* (de 17,18,20 e 21-XII-1918), n'0 *Dia* (de 26 e 30-XII-1918 e de 2,3 e 7-1-1919) e n'0 *A Monarquia*, (de 23, 28 e 30-XII-1918 e 2,3 e 8-1-1919).

do pretendente ao trono de Portugal - na famigerada reunião do Governo Civil de Lisboa, na noite de 14 de Dezembro de 1918 - a possibilidade de um governo militar e mesmo da restauração da Monarquia⁽²¹⁾.

Também os monárquicos integralistas, depois da morte de Sidónio, saíram em defesa dum governo militar e da restauração da Monarquia, embora com alguma repugnância pelo recurso à violência (em que, no entanto, se irão comprometer - ainda que não todos - na revolta monárquica de Monsanto). Mas os Integralistas distinguem-se dos monárquico-liberais porque não só procuraram refutar a crença de que a ordem (condição da autoridade) se identificava, necessariamente, com a ordem "sidonista" e, simultaneamente, demonstrar que o seu governo de ordem era, intrinsecamente, contraditório - porque pretendia impor-se sem renunciar ao princípio da desordem que o inquinava (mas sempre reivindicado por Sidónio), ou seja, a fórmula republicana - como elaboraram uma fundamentação teórica para a solução militarista.

Para os integralistas, a resolução do problema da Ordem pós-sidonista pressupunha a solução prévia de vários outros; o primeiro deles e mais vasto - sobre o qual todos os integralistas estavam de acordo - foi invocado por Lucas Guerreiro e dizia respeito às causas da "desordem" contemporânea que, no seu entender - como já tinham opinado De Maistre e Bonald - se deviam aos "princípios dissolventes de 1789" que, "por via do individualismo doutrinário, da dúvida metódica cartesiana, da moral prática de Kant e do contratualismo político e esquecendo que a sociedade é anterior ao indivíduo", não só tinham liquidado "as verdades eternas da tradição" como tinham esquecido que "sociedade quer dizer organização, a. organização quer dizer hierarquia, e esta significa ordem"⁽²²⁾; por via dessa liquidação e esquecimento, tinham introduzido a desordem dos princípios na sociedade e nas instituições, retirando-lhes a coesão e a força social da unidade que tinham, destruindo, conseqüentemente, a estabilidade pacífica e equitativa do *velho mundo*⁽²³⁾; um exemplo acabado dessa desordem de princípios e das instituições, dessa negação da ordem, era -- para Lucas

(21) "Novo Governo", *O Dia*, 7-1-1919.

(22) Lucas Guerreiro, "O problema da Ordem", *A Monarquia*, ano III, n° 575, 15-X-1919, p. 1.

(23) *Idem, ibidem.*

Guerreiro - a instituição parlamentar⁽²⁴⁾. Mas havia outras razões bem mais próximas nas quais se detiveram, detalhadamente, os integralistas, a mais reiterada das quais foi a ênfase posta no conceito de ordem e a contradição entre um Governo de Ordem e o sidonismo republicano. Como disse António Sardinha, a ordem saída do 8 de Dezembro de 1917

- ainda que tenha sido um acto heroico (a afirmação é de Hipólito Raposo) - foi uma ordem imposta pela violência; era, pois, uma ordem "condicional e insubsistente" porque assentava na força de um homem

- a de Sidónio Pais - como, muito antes dele, tivemos a ordem imposta por Napoleão⁽²⁵⁾ 26 27 28. Mas a ordem imposta pela violência, no entender de Sardinha, não é suficiente para haver autoridade, porque perdida a força que a sustenta, desaparece. Por isso, em sua opinião, a ordem invocada pelo sidonistas como razão de ser para continuar o Sidonismo (e a sua política) era uma "falsa" ordem, melhor dizendo, uma ordem "anti-natural" à qual Sardinha contrapôs - como também fez Lucas Guerreiro - a ordem "natural" que é trans-pessoal e resulta da "boa reciprocidade de todos os órgãos sociais"⁽²⁶⁾. Por isso, o restabelecimento da ordem e da autoridade não implicava a continuidade do sidonismo; este morrera com Sidónio; querer continuar a sua acção política era - para Eduardo Pinto da Cunha

- uma utopia "tão grande como pretender transformar num rio que atravessasse e fertilize o deserto, a fonte que canta alegre e surpresa no meio do *oasis*"⁽²⁷⁾; e explicava, na peugada de Sardinha: "as situações que a vontade de um só indivíduo origina, são em geral tão brilhantes como transitórias e marcam a vida dos regimes que, como o republicano, fundam na descontinuidade, as horas de apogeu. Por isso frágeis como a vida humana são os sucessos nacionais das repúblicas em terras onde pulsa a tradição. Um homem as cria, expondo o peito às balas. Uma bala as termina, derrubando o homem. Na República só uma continuidade poderá existir: a descontinuidade"⁽²⁸⁾. Ou seja, para os integralistas,

⁽²⁴⁾ *Idem, ibidem.*

⁽²⁵⁾ António Sardinha, "E Agora?", *A Monarquia*, ano II, n° 515, 8-1-1919, p. 1.

⁽²⁶⁾ *Idem, ibidem*; e Lucas Guerreiro, *art. cit.*, p. 1.

⁽²⁷⁾ Eduardo Pinto da Cunha, "Uma história", *A Monarquia*, ano II, n° 514, 7-1-1919, p. 1.

⁽²⁸⁾ *Idem, ibidem.*

o que não era fruto da tradição mas vontade de um homem era efémero; e o seu brilho fugaz e descontínuo era a expressão mais acabada, o apogeu, dos regimes onde apareciam: como o republicano. Sidonismo e republicanismos eram, pois, indissociáveis; se o Sidonismo procurou introduzir o princípio da Ordem, tinha dentro de si a sua própria negação: ser essa Ordem fruto da vontade de um homem (e portanto efémera) e da fórmula republicana (que é a desordem); eis a razão porque falhou - segundo Hipólito Raposo - e continuará a falhar qualquer solução que teime em manter essa associação⁽²⁹⁾. Efectivamente, segundo Hipólito Raposo - que colaborou com Sidónio - o governo deste continha um gérmen contraditório de desordem e incompatível com ele, ou seja, o seu estrutural republicanismo (reiteradamente por ele defendido); por isso, a ordem que Sidónio defendeu só o seu carisma (e a força em que o apoiou) a podia sustentar; quando Sidónio desapareceu em 14 de Dezembro, a ordem que encarnava e protagonizava, também desapareceu (como, aliás, mostrou a prática política subsequente daqueles que o tinham seguido no seu governo e, depois do seu assassinato, se diziam seus continuadores)⁽³⁰⁾; efectivamente - lembra Hipólito Raposo - à revelia da suposta vontade de Sidónio, "os seus mais proclamados e chorosos continuadores", na reunião imediata do Parlamento, para escolher o Chefe de Estado, não só revogaram a legislação de 30 de Março - repondo, em pleno vigor, a Constituição de 1911⁽³¹⁾ - como o homem que, "a chorar", aceitou a herança de Sidónio Pais - "esse fantasma de almirante que para aí tem andado a servir de chefe de Estado", ou seja, Canto e Castro - se prestou à demolição sistemática da obra legislativa de Sidónio⁽³²⁾; tudo isto provava - em sua opinião - que o Sidonismo, prestígio da autoridade, não era um princípio, mas um homem e que o seu desaparecimento fez desaparecer o sidonismo⁽³³⁾. Por isso - segundo os integralistas - os sidonistas sinceros e que pretendiam continuar, realmente, a ser fiéis ao espírito de acção defendido pelo Presidente-Rei, "deviam tornar-se

⁽²⁹⁾ Hipólito Raposo, "O Sidonismo", *A Monarquia*, ano III, n.º 542, 6-IX-1919, p. 1.

⁽³⁰⁾ *Idem, ibidem.*

⁽³¹⁾ *Idem, ibidem.*

⁽³²⁾ *Idem, ibidem.*

⁽³³⁾ *Idem, ibidem.*

monárquicos e os monárquicos liberais renunciar ao seu liberalismo⁽³⁴⁾. Caetano Beirão partilha estas mesmas opiniões. Os que acompanharam Sidónio - como salientou também - "não tinham uma ideia, mas um homem, e quando este desapareceu, perderam o norte, porque Sidónio não arrastou consigo uma obra, não chegou a consubstanciar-se numa instituição que lhe sobrevivesse⁽³⁵⁾. A famigerada *República Nova* foi, pois, apenas "um espelho das suas virtudes pessoais"^{34 35 (36)}; é verdade que desvalorizou os partidos e os políticos, que menosprezou o parlamento, que tomou iniciativas para reconciliar a Igreja e o Estado, que ouviu as classes sociais (exaltando, sobretudo, as profissionais), mas isso não chega para se dizer que Sidónio Pais deixou uma herança - o sidonismo; o que deixou é pessoal e intransmissível, é uma atitude heroica que põe a ridículo todos aqueles que o procuram imitar⁽³⁷⁾. Também para Ayala Monteiro, não havia lugar para a continuidade da *República Nova* (porque era Sidónio), mas também não havia lugar para a constituição duma *república novíssima* (e menos ainda para regressar à república velha), porque - em sua opinião - não lhe parecia possível, de momento, seguir nenhuma daquelas soluções (que também não se podiam enterrar); a saída era ou uma república "vegetativa" ou a Monarquia (como corolário natural do princípio da Ordem sidonista)⁽³⁸⁾. Mas, para Félix Correia, o sidonismo era não só incompatível com o republicanismo que reivindicava, como traiu quer os seus "sagrados" princípios (segundo os republicanos históricos) quer o seu corolário natural, ou seja, a Monarquia, pois embora "carpindo aos ouvidos (dos monárquicos) durante um ano inteiro, que preferiam a *Monarquia* à *demagogia*, quando aquela se tornou inevitável para obstar ao regresso da situação que então se usava chamar assim, os sidonistas foram os primeiros a juntar-se aos correligionários do assassino do seu Presidente contra aqueles que tudo lhe sacrificaram,

(34) João do Amaral, "A obra de Sidónio Pais", *A Monarquia*, ano II, n.º 17, 10-I-1919, p. 1; e Félix Correia, "Dupla traição", *A Monarquia*, ano III, n.º 526, 19-VIII-1919, p. 2.

(35) Caetano Beirão, "Desorientação", *A Monarquia*, ano II, n.º 510,31-XII-1918, p. 1.

(36) João do Amaral, *art. cit.*, p. 1.

(37) *Idem, ibidem*.

(38) G. de Ayala Monteiro, "Ite, republica est", *A Monarquia*, ano II, n.º 516, 9-1-1919, p. 1.

inglória e tolamente. Assente sobre duas traições, com um morto por chefe, o *sidonismo* não tem razão de existir jamais.⁽³⁹⁾ E mais uma razão, ainda, ia contra a sua continuidade, segundo Félix Correia: a sua obra ter sido *zero*, "quer nos seus resultados práticos, quer no seu significado moral"³⁹ (40); opinião muito próxima da de Hipólito Raposo, para quem Sidónio não fora um prodígio nem os seus governos seguiram fielmente as suas orientações⁽⁴¹⁾.

Que soluções apresentavam, então, os integralistas para estas contradições do Sidonismo - insustentável por querer manter um Governo de Ordem assente na repressão (que era anti-natural), no "princípio da desordem" (o republicanismo) e hostil à monarquia? Também aqui encontramos divisões. Embora todos defendam a restauração da monarquia, uns defendem a sua restauração imediata outros por via duma transição mediada por um governo militar. Mas nem sempre é clara esta distinção. Para Caetano Beirão e António Sardinha, respectivamente, a monarquia é "o resultado constante e permanente de um órgão, duma função" e o garante e penhor duma ordem trans-pessoal e "natural"⁽⁴²⁾; mas são omissos quanto à estratégia a seguir para repor o equilíbrio natural da "ordem", muito embora me pareça que a hostilidade de Sardinha à violência, o incluiria entre aqueles que defendiam a transição pacífica para a monarquia. Para Lucas Guerreiro - para quem a "ordem" era "a unificação da autoridade" e esta implicava "o reconhecimento da hierarquia" e, em última instância, "um só a mandar e os outros na sua esfera de acção a obedecer"⁽⁴³⁾ (e apresentava, como exemplo, a relação de um general com o seu exército) - o corolário institucional do princípio da Ordem era a Monarquia e o desaparecimento das democracias e dos governos de políticos (que deviam ser substituídos por "governo de profissionais")⁽⁴⁴⁾; todavia, era a favor dum regime de transição, defendendo um reforço do Executivo e a sua chefia por um prestigiado militar⁽⁴⁵⁾. Também para Augusto da Costa

(39) Félix Correia, *art. cit.*, p. 2.

(40) *Idem, ibidem.*

(41) Hipólito Raposo, *art. cit.*, p. 1.

(42) Caetano Beirão, *art. cit.*, p. 1; António Sardinha, *art. cit.*, p. 1.

(43) Lucas Guerreiro, *art. cit.*, p. 1.

(44) *Idem, ibidem.*

(45) *Idem, ibidem.*

-perante a crescente ameaça político-partidária republicana (democráticos, evolucionistas e unionistas) - havia "uma necessidade absoluta de se fazer um governo militar, forte e enérgico, sem preocupações partidárias ou políticas, mas com a missão exclusiva de organizar a Nação"⁽⁴⁶⁾. E da mesma opinião era Hipólito Raposo - que foi um defensor acérrimo de uma solução que não atraísse a memória do Presidente⁽⁴⁷⁾ ⁴⁸ - para quem "a hora não era dos políticos, republicanos ou monárquicos, mas de defender os destinos futuros da Pátria, de adoptar medidas de rigor que assegurassem a conservação social, reprimindo agitadores, justicando criminosos, defender a ordem contra a demagogia"⁽⁴⁸⁾; desiderato que só o exército era capaz de cumprir, colocando-se contra os partidos e acima da questão do regime⁽⁴⁹⁾. João Amaral, por sua vez, advertia que a manutenção da saúde social (para um "organismo nacional enfermo" como o nosso) exigia a manutenção da "força organizada" no poder⁽⁵⁰⁾, vendo, pois, de bom grado - porque lhe parecia de acordo com a justiça e o bom senso - as recém-formadas Juntas Militares, achando ridículo que cedessem o passo à "impostura dos partidos e à filáucia dos revolucionários civis"⁽⁵¹⁾. Também para Martinho Nobre de Melo, jovem professor de Direito e um dos colaboradores de Sidónio, o restabelecimento da ordem só o Exército (e não um regime político, como defendia, por exemplo, Sardinha) a poderia repor, através de um governo que desse prioridade absoluta à paz e à disciplina do todo sobre o conflito das partes, à "hierarquização aberta das classes e das categorias", ao equilíbrio do progresso e da tradição (no sentido comtiano) e, continuamente, se *adaptasse* (condição da sua conservação)⁽⁵²⁾. Mais interessantes são, todavia,

⁽⁴⁶⁾ Augusto da Costa, "Política", *A Monarquia*, ano II, n° 505,24-XII-1918, p. 1.

⁽⁴⁷⁾ Miguel Dias Santos, *ib. cit.*, p. 183 e Hipólito Raposo, "Governo Militar", *A Monarquia*, 30-XII-1918.

⁽⁴⁸⁾ Hipólito Raposo, "Governo Militar", *A Monarquia*, ano II, n° 509, 30-XII-1918, p. 1.

⁽⁴⁹⁾ Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 183 e Hipólito Raposo, "Depois do Crime", *A Monarquia*, 23-XII-1918.

⁽⁵⁰⁾ João de Amaral, "O Exército e a Política", *A Monarquia*, ano II, n° 506, 26-XII-1918, p. 1.

⁽⁵¹⁾ *Idem, ibidem.*

⁽⁵²⁾ Martinho Nobre de Melo, "O triunfo da Ordem"; *A Monarquia*, ano III, n° 523,17-1-1919, p. 1.

os argumentos de Eduardo Pinto da Cunha, também ele defensor dum Governo Militar. Embora não esperasse que fossem os militares a fazer as leis (essa competência era de outros) todavia era da opinião que deles deveria partir "a orientação política e social, que imprimirá a oscilação ao fiel da balança das ideias, inclinando-o ora para a direita para a esquerda"⁽⁵³⁾; porquê, o militarismo e os militares? Para Eduardo Pinto da Cunha, "militarismo significa a existência duma classe social que, pela sua finalidade de sacrifício seja a depositária das virtudes íntegras da raça; [...] seja o reservatório daqueles princípios que, de vez em quando, necessitam de ser lançados sobre as sociedades, que as leis utilitárias e do menor esforço estiolam e enfraquecem. Porque o exército tem uma missão a cumprir, que não é exclusivamente a de se bater nas horas de luta com o inimigo externo. O Exército deve desempenhar numa sociedade conservadora, a função mística dum sacerdócio especial. Não podem nem devem ser considerados os militares sob o ponto de vista democrático, funcionários públicos [...]. A sua missão é mais espiritual, e por isso lhe chamamos sacerdócio. A moral que as facilidades da vida consentem e consagram em uso às outras classes não pode ser a sua. E justamente o ponto que mais os distingue e separa dos outros indivíduos é a rigidez dos seus princípios de moral, e a soma de deveres bem superior à dos outros homens, a par de um cerceamento de regalias"⁵³ ⁽⁵⁴⁾ ⁵⁵; por isso, os militares devem ser, nas horas de dor e perigo, de uma, sociedade, a sua "força moralizadora" e, no tempo de paz, os guardiães "das tradições nacionais, e do tributo de sofrimento e de heroicidade que sucessivas gerações pagaram à pátria"⁽⁵⁵⁾. Enfim, os militares devem ser uma "classe moralizadora e purificadora do ambiente social" e os guardiães do sacrário que guarda o que de mais valioso têm as nações - "a honra nacional, que não é mais do que o espírito da nacionalidade, consciente do tempo passado e firme perante o futuro"⁽⁵⁶⁾. Como vemos, para os integralistas, o seu conceito de Ordem está ligado a uma solução militar, ainda que transitória, solução que associam "à natureza messiânica do exército,

⁽⁵³⁾ Eduardo Pinto da Cunha, "Militarismo", *A Monarquia*, ano II, n° 508, 28-XII-1918, p. 1.

⁽⁵⁴⁾ *Idem, ibidem.*

⁽⁵⁵⁾ *Idem, ibidem.*

⁽⁵⁶⁾ *Idem, ibidem.*

pois só este mantém intactas as Virtudes da raça"⁽⁵⁷⁾. Nessa medida, cabia ao exército uma vocação purificadora, regeneradora e defensiva do que há de mais genuíno num povo e numa pátria; vocação que só poderia concretizar-se - na óptica dos integralistas - na "efectivação dos princípios antiliberais e antidemocráticos"⁽⁵⁸⁾. E se ao exército cabia devolvê-los aos portugueses, o militarismo não devia ser, contudo, um fim em si mesmo^{57 58 (59)}, mas um mero meio para chegar à restauração da ordem política "natural", ou seja, à ordem monárquica, como defendiam António Sardinha, Caetano Beirão e Lucas Guerreiro, entre outros. Em síntese: os monárquicos, de um ponto de vista estratégico, "encontravam-se divididos entre os que apoiavam o governo republicano, os que defendiam um governo militar e, finalmente, os que exigiam a restauração imediata do trono. Os primeiros com o argumento de sempre: respeitar as orientações de D. Manuel II e salvaguardar os compromissos assumidos com o sidonismo; os últimos, sustentando a revolução imediata para evitar o regresso da Republica 'demagógica'. Finalmente, ao centro, encontravam-se aqueles que viam no governo militar a fórmula equilibrada para garantir todos estes objectivos, em particular na preparação do terreno para uma futura restauração. Afinal aquilo que sempre esperaram de Sidónio Pais"⁽⁶⁰⁾.

A alternativa militarista, defendida pelos integralistas e pelos monárquicos radicais era, contudo, a que colhia mais simpatia no interior da classe castrense, sobretudo, entre os oficiais de altas patentes do Exército que, de regresso da guerra, cheios de prestígio e de popularidade, estavam convencidos - convicção reforçada pela simpatia popular que os nimbara com um certo "messianismo" - que deviam "intervir na política e serem as melhores garantias do futuro de Portugal"⁽⁶¹⁾; e a verdade é que intervieram, e cada vez mais, depois do sidonismo - sempre em nome da ordem, da pátria, do interesse nacional e numa perspectiva

⁽⁵⁷⁾ Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 184 e Eduardo Pinto da Cunha, "Militarismo", *A Monarquia*, 28-XII-1918.

⁽⁵⁸⁾ *Idem, ibidem*; e José Rebelo, "As Espadas na Política", *A Monarquia*, 2-1-1919.

⁽⁵⁹⁾ *Idem, ibidem*, p. 185.

⁽⁶⁰⁾ *Idem, ibidem* p. 180.

⁽⁶¹⁾ A. H. de Oliveira Marques, *Historia de Portugal*, vol. II, 4ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1977, p. 280.

transpartidária - quer pela via parlamentar quer por via do poder executivo, até ao desenlace do 28 de Maio⁽⁶²⁾. Estavam convencidos - e isso se pode verificar pelo testemunho do major Alberto Margaride, ex-governador civil do Porto - que os políticos haviam contribuído para a "desorganização" e anarquia do país, que tinham sido responsáveis pela morte do presidente Sidonio e que, às suas ambições pessoais e partidárias, se devia a intervenção "rectificadora" da caserna através de um governo militar⁽⁶³⁾. A instituição militar apresentava-se, assim, como garante da moralidade e do interesse nacional e como "defensora intransigente da estabilidade", em contraposição aos políticos e aos partidos, "bandos de malfetores, abutres sem escrúpulos" em busca da satisfação dos seus interesses particulares⁽⁶⁴⁾; por isso cabia ao exército pôr os políticos no seu lugar e evitar a desagregação social - como disse Satúrio Pires, um companheiro militar de Couceiro, ao tempo das famigeradas incursões pela Galiza⁽⁶⁵⁾.

Mas se havia consenso entre as forças monárquicas mais ou menos filosidonistas (e mesmo entre os Integralistas) em que era preciso haver ordem e que essa ordem deveria ser assegurada por uma Ditadura Militar (atitude que não era, todavia, a do monarquismo oficial de D. Manuel II), já para os sidonistas republicanos, em geral, essa ordem não tinha de ser assegurada por um Governo Militar. É verdade que os sidonistas - como Botelho Moniz - reconheciam que era preciso que o novo governo, a constituir depois da morte de Sidónio, agisse com muito critério para evitar a anarquia e /ou a dominação estrangeira⁽⁶⁶⁾; era preciso que cada

⁽⁶²⁾ *Idem, ibidem*, pp. 280-281. A partir de 1918, o número de ministros oficiais do Exército e da Marinha, aumentou consideravelmente. Até 1926, doze dos 26 ministérios (46%) foram presididos por militares (antes de Sidónio a percentagem foi apenas de 15%) (*idem, ibidem*). Ver, também, a este propósito, Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 180-181 e Fidelino de Figueiredo, *O Pensamento Político do Exército*, Lisboa, 1926.

⁽⁶³⁾ "Palavras de um patriota", *O Liberal*, 20-XII-1918, *apud* Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, pp. 182-83. Sobre a actividade do Major Alberto Margaride como Governador Civil do Porto e a sua ligação à Junta Militar do Norte, veja-se, do próprio, *A Honra da Justiça*, VNE, 1934.

⁽⁶⁴⁾ Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 182.

⁽⁶⁵⁾ *O Liberal*, 17-XII-1918; e "Só o Exército", *O Liberal*, 18-XII-1913.

⁽⁶⁶⁾ Jorge Botelho Moniz, "A Situação", *A Situação*, ano I, n.º 223, 18-XII-1918, p.1.

um recalcesse para o fundo da sua alma as suas ambições políticas e que "todos os patriotas e amigos da ordem se unissem num fortíssimo bloco" em redor da figura do Presidente da República, acatando, as suas decisões⁽⁶⁷⁾. Mas agir em bloco, unitariamente, em prol da ordem, não implicava - para os sidonistas - agir sob o mando de um governo militar, como pretendiam os monárquicos radicais e os integralistas. O próprio Sidónio Pais sempre se opôs aos governos militares⁽⁶⁸⁾. Por isso, o periódico sidonista *A Situação*, se insurgia, no seu editorial de 19 de Dezembro de 1918, contra pretensos seguidores de Sidónio - como as Juntas Militares - que pretendiam impor ao país um governo militar⁽⁶⁹⁾, composto por pessoas que não só não davam quaisquer garantias de republicanismo mas, pelo contrário, eram conhecidas como "monárquicos declarados e ferrenhos", susceptíveis, por isso, de semearem a discórdia e a desordem sociais⁽⁷⁰⁾. O governo a dar continuidade à ideia de Sidónio deveria ser um governo forte, de competências - como disse o filosidonista *Diário de Notícias* - mas derivado de uma autoridade legítima (não fruto do aventureirismo ou da ilegalidade) e cujo poder fosse exercido com prudência, serenidade e continuidade⁽⁷¹⁾; mais exactamente - como defendia o *Partido Nacional Republicano* - um governo anti-partidário e presidencialista (cujo Presidente fosse directamente eleito pelo povo), governado por "competências" e apoiado por um grande e único partido nacional⁽⁷²⁾. Era, também, este o desiderato do sidonista Tamagnini Barbosa (último ministro das Finanças de Sidónio Pais, e Presidente do Ministério do 2º Governo pós-sidonista), que sonhava dar continuidade à "República Nova"⁽⁷³⁾. Estes recados dos sidonistas eram para os integralistas; estes, efectivamente, eram da opinião que o governo, imediatamente, pós-sidonista "formado em condições muito especiais e num momento de extrema gravidade, não saiu dum partido nem dum agrupamento político. Formou-se com o apoio de todos

⁽⁶⁷⁾ *Idem, ibidem.*

m "Alerta Republicanos!", *A Situação*, ano I, n° 224,19-XII-1918, p. 1.

⁽⁶⁹⁾ *Idem, ibidem.*

⁽⁷⁰⁾ *Idem, ibidem.*

⁽⁷¹⁾ EE.S, "Dr. Sidonio Pais", *Diário de Notícias*, 23-XII-1918, p. 1.

⁽⁷²⁾ A. H. de Oliveira Marques, (coord.), *Portugal/Da Monarquia para a República*, vol. XI, da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, pp. 388-89.

⁽⁷³⁾ Miguel Dias Santos, *oh. cit.*, p. 174.

os conservadores e com dois fins definidos que fundamentalmente se equivalem: a) continuar a obra de Sidónio Pais; b) satisfazer as aspirações do Exército, representado pelas Juntas Militares. Nestas condições tem o seu caminho claramente traçado. Para continuar a obra do extinto Presidente tem de, acima de tudo, manter a Ordem [...]. Para realizar as aspirações do Exército tem de proceder do mesmo modo.⁽⁷⁴⁾ Ora, para os sidonistas, estes objectivos eram falsos e de modo algum se equivaliam. Era evidente que o Governo tinha de ser conservador e salvaguardar a ordem acima de tudo; mas ordem não era equivalente de Governo Militar nem Sidónio o queria. Ordem, sim, mas não - para os sidonistas - sob a tutela de um Governo Militar.

4. Canto e Castro: Presidente da República

Levantada a questão da Ordem e conhecidas as soluções apresentadas, faltava encontrar o homem que as consubstanciasse, enquanto Chefe de Estado e, subsequentemente, lhes desse orientação governativa. Vários nomes foram ventilados: José Relvas, Tamagnini Barbosa e Bettencourt Rodrigues. Todavia, a escolha recaiu sobre o vice-Almirante João do Canto e Castro da Silva Antunes. Porquê? Por várias razões (cujo peso relativo e ordem de precedência seria temerário indicar): 1º, era o decano do último elenco governativo sidonista e o Presidente do Ministério interino que se constituiu logo após a morte do Presidente, ou seja, desde a noite de 14 de Dezembro (e vigorou até ao dia 23) e que, no dia 15, fará uma "Proclamação" ao povo português, publicada na imprensa periódica, onde Sidónio é referido como um "grande português" e se apela à ordem e à unidade dos portugueses em defesa da "nacionalidade"⁽⁷⁵⁾; em 2º lugar, era militar e, por isso,

⁽⁷⁴⁾ A. Campos Figueira, "O problema da Ordem", *A Monarquia*, ano II, n° 521, 1919, p. 1.

⁽⁷⁵⁾ In *A Situação*, ano I, n° 221,16-XII-1918, p. 1. Logo após a morte de Sidónio constituiu-se um Governo interino, até à resolução do Congresso da República, tendo como Presidente do Ministério, Canto e Castro; como ministro do Interior, António Bernardino Ferreira; como Ministro da Justiça, Jorge Couceiro da Costa; como ministro das Finanças, João Tamagnini de Sousa Barbosa; como ministro da Guerra, Álvaro César de Mendonça; como ministro da Instrução, Alfredo de Magalhães; como Ministro do Trabalho, Flenrique Forbes Bessa; como ministro

representava, de certo modo, aos olhos da opinião pública, o Progresso na Ordem, o transpartidarismo, a abnegação e o heroísmo, a devoção à pátria (amor a Portugal), além de pertencer ao número dos guardiães das virtudes inauferíveis da raça e ser um dos soldados vigilantes e activos da sua regeneração; em 3º lugar, era monárquico-liberal; em 4º lugar, nunca tivera ambições políticas, como demonstrou a sua relutante aceitação do cargo de Secretário de Estado da Marinha que lhe ofereceu Sidónio (recusando-o, inicialmente, em nome das suas convicções monárquicas para o aceitar, por fim, ao saber, de fonte fidedigna, que se o não fizesse a Marinha seria integrada no Ministério da Guerra)⁽⁷⁶⁾ 77; em 5º lugar, era público e notório que, nos actos públicos e políticos a que fora chamado, sempre fora movido por "devotado patriotismo, relegando para segundo plano as suas convicções políticas."⁽⁷⁷⁾; enfim, em 6º lugar, era reconhecido, por todos, como um homem invulgarmente inteligente e culto, com uma "rectidão de carácter sem mácula", discreto, tolerante (mas enérgico, ainda que de uma energia serena e prudente e escrupuloso no respeito pela legalidade), bondoso e generoso e exímio na solução de questões difíceis e ingratas de que já dera provas públicas⁽⁷⁸⁾. Por tudo isto, quando Sidónio morreu, perante a desorientação geral, todos se voltaram para Canto e Castro, cuja integridade moral e personalidade intelectual era, na generalidade, admirada, e, aparentemente, aliava, a capacidade de impor a autoridade sem abusar dos princípios⁽⁷⁹⁾. Canto e Castro tinha, pois, de tudo um pouco do que monárquicos e sidonistas queriam e era o menos mau para os republicanos históricos (cujos méritos profissionais, aliás, por mais de uma vez lhe reconheceram, como quando lhe entregaram o comando da fragata D. Fernando).

da Agricultura, Eduardo Fernandes de Oliveira e como Ministro do Comércio, João Alberto Pereira de Azevedo Neves. Este Governo interino manter-se-ia em funções até à eleição do novo Chefe de Estado pelo Congresso da República e, depois, o novo Chefe de Estado chamaria quem bem entendesse para formar Governo.

⁽⁷⁶⁾ Maurício de Oliveira, *O drama de Canto e Castro. Um monárquico presidente da República*, 2ª ed., Lisboa, Editora Marítimo Colonial, 1944, pp. 14 e 59, 61-62.

⁽⁷⁷⁾ peitas Soares, "Prefácio" a Maurício de Oliveira, *ob. cit.*; Maurício de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 89-90.

⁽⁷⁸⁾ Maurício de Oliveira, *ob. cit.*, p. 16.

⁽⁷⁹⁾ *Idem, ibidem*, pp. 14,16-17; e F.E.S, "Dr. Sidónio Pais", *Diário de Notícias*, 23-XII-1918, p. 1.

Era monárquico e sidonista, mas também um homem tolerante e íntegro que punha o seu dever patriótico acima das suas convicções políticas. E se aceitou ser Presidente da República foi porque temeu a Guerra Civil, porque viu a pátria em perigo, porque a sua consciência lhe impôs esse dever⁽⁸⁰⁾. Não foi, portanto, difícil que o Congresso chegasse a um consenso quanto à sua escolha para Presidente da República, o que aconteceu no dia 16 de Dezembro de 1918, numa sessão presidida por Zeferino Falcão⁽⁸¹⁾ ⁸², mas depois das Juntas Militares, numa reunião havida no Palácio de Queluz, no dia 15, afirmarem que "não se opunham à escolha do Almirante Canto e Castro como candidato à Presidência da República, desde que fosse fiel seguidor da obra de Sidónio Pais"⁽⁸²⁾. No dia 16, a Câmara de Deputados e o Senado revogaram os artigos 116º e 121º do decreto de 30 de Março de 1918 e determinaram que a eleição presidencial se fizesse nos termos do artigo 38º da Constituição de 1911, isto é, por votação do Congresso e não por sufrágio directo dos cidadãos; nesse mesmo dia, ao anoitecer, Canto e Castro era eleito Presidente da República, embora, num primeiro escrutínio, não tenha havido um número suficiente de votos para ser eleito (eram precisos 131 e só entraram na urna 125); todavia, num segundo escrutínio, entraram na urna 138 votos sendo 137 para Canto e Castro e 1 em branco. Eleito Canto e Castro, foi este conduzido à Presidência do Congresso, onde agradeceu a confiança nele depositada e jurou, pela sua honra, respeitar a Constituição de 1911 (que entretanto o Congresso pôs em vigor, revogando o artigo 38º) e defender a Pátria e a República com a própria vida, se necessário fosse, e prometeu continuar, com a ajuda de todos, a obra de Sidónio Pais⁽⁸³⁾. Traíra as suas convicções monárquicas, com este juramento? Creio que não. Canto e Castro era um militar, e um militar que conhecia bem os nossos territórios ultramarinos, enfim,

⁽⁸⁰⁾ *Idem, ibidem*, p. 18.

⁽⁸¹⁾ In *A Situação*, ano I, nº 222, 17.12.1918, p. 1. E dissemos "escolha" e não "eleição", porquanto esta foi algo conturbada, pois quando Zeferino Falcão anunciou que se ia proceder à eleição do novo Chefe de Estado, os monárquicos saíram da sala ficando à direita uma grande clareira, regressando, embora, mais tarde, porque estavam convictos - segundo disse Aires de Orneias - que não haveria *quorum* (acabou por haver e votaram...).

⁽⁸²⁾ José Luciano Soliari Allegro, *ob. cit.*, p. 72.

⁽⁸³⁾ *A Situação*, ano I, nº 222, 17-XII-1918, p. 1. Ver Maurício de Oliveira, *ob. cit.*, p. 97.

a "pátria" em toda a sua plenitude; sensível - como todos os militares - à sua segurança e independência, tinha, certamente, na memória, os ecos do *Ultimatum* e as investidas alemãs sobre os nossos territórios do sul de África; e não deixaria de sacrificar as suas convicções políticas à pátria se estivesse convicto (como estava) que uma possível "guerra civil" poderia pôr em causa a sua unidade. E foi o que fez. Por isso, ao contrário do que disse Hipólito Raposo, Canto e Castro não foi o "fantasma de almirante" que andava a fazer de Chefe de Estado nem traiu Sidónio ao "chorar" a sua morte e, simultaneamente, aceitar a revogação da legislação de 30 de Março e declarar em vigor a Constituição de 1911⁽⁸⁴⁾.

Não foi fácil a Canto e Castro formar Governo (cujas competências lhe cabia ao abrigo do disposto no parágrafo 3º do art. 38º da Constituição de 1911). As *Juntas Militares* representadas por alguns oficiais de alta patente da guarnição de Lisboa, reunidos no Quartel de Lanceiros 2 (como o coronel do estado-maior, João de Almeida e o tenente-coronel Almeida Teixeira) - pretendiam interferir na sua constituição, sob pena de irem para um golpe militar⁽⁸⁵⁾. Canto e Castro ofereceu-lhes três pastas; as Juntas recusaram e exigiram cinco, sendo uma delas a do Interior (até então ocupada por João Tamagnini Barbosa, que deveria transitar para outra); mais: exigiam que abandonassem os seus lugares o ministro da justiça (Afonso de Melo), o ministro das colónias (Vasconcelos e Sá) e o ministro dos Negócios a Estrangeiros (Egas Moniz). Canto e Castro não cedeu a nenhuma destas exigências: não concedeu as cinco pastas que o Quartel de Lanceiros 2 desejava, não impôs a saída aos três ministros acima citados (que, mais tarde, a instâncias próprias, abandonarão o poder) e quanto a Egas Moniz - que se encontrava, em Paris, completamente, estranho a tudo isto - mandou recado que, por forma alguma, o substituiria na Conferência de Paris⁽⁸⁶⁾. Todavia, no dia 17, tendo como mediador o monárquico Álvaro Mendonça (então ministro da Guerra e, mais tarde, um dos revoltosos de Monsanto), as Juntas chegaram a um compromisso com Canto e Castro (já não apenas Presidente do Ministério

⁽⁸⁴⁾ Hipólito Raposo, "O Sidonismo", *A Monarquia*, ano III, nº 542, 6-IX-1919, p.1.

⁽⁸⁵⁾ Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *A Revolta de Monsanto*, Porto, Tipografia Mendonça, 1920, pp. 10-11 e 28; Maurício de Oliveira, *ob. cit.*, p. 102.

⁽⁸⁶⁾ Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *ob. cit.*, pp. 10-11.

mas, também, Presidente da República, desde o dia anterior), no qual se dizia que "o exército resolveu dar todo o apoio ao senhor contra-almirante Canto e Castro, como Presidente da República, comprometendo-se ele, a seguir a obra do falecido Presidente dr. Sidónio Pais e a manter a ordem'⁽⁸⁷⁾. Acalmadas as Juntas Militares - e, conseqüentemente, travado, pelo menos por algum tempo, o ímpeto restauracionista dos monárquicos radicais, por via do golpe militar - o novo Presidente da República tratou de formar um governo forte e competente, como as circunstâncias o exigiam⁽⁸⁸⁾; o que, apesar de contrariar os monárquicos radicais, ia, contudo, de encontro ao seu juramento constitucional e aos objectivos de I). Manuel II, defendidos por Aires de Orneias: "garantir a exequibilidade do regime sidonista, apoiando o seu sucessor até que a Conferência de Paz chegasse ao fim, e com ela a esperada solução da questão política"⁽⁸⁹⁾. Neste sentido, pensou num "*governo nacional* que pudesse simbolizar a união e concórdia dos portugueses"⁽⁹⁰⁾, convocando, para o efeito, as duas Câmaras e os dirigentes das Juntas Militares e expôs-lhes o que queria. As pressões foram contraditórias. Por um lado, as Juntas militares insistiam num governo de força, tendo a Junta Militar do Norte ameaçado, que se tal não acontecesse, assumiria, unilateralmente, a governação do país⁽⁹¹⁾. Subscreviam esta decisão Silva Ramos, Jaime de Carvalho, Soliari Alegro e Aires de Abreu. Mas os oficiais do exército não estavam unidos e, por isso mesmo, estavam longe de subscrever, maioritariamente, as decisões da Junta Militar do Norte, o que permitiu a Canto e Castro, optar, unilateralmente, pelo convite a um republicano conservador (mas não clezembrista) que, no entanto, o declinou: o dr. Nunes da Ponte - que fora ministro no tempo de Pimenta de Castro; tendo este declinado o convite para formar Governo, dirigiu-o, em 22 de Dezembro, a João Tamagnini Barbosa, que o aceitou (durando o seu Governo de 23 de Dezembro de 1918 até 7 de

⁽⁸⁷⁾ *Idem, ibidem*, p. 28.

⁽⁸⁸⁾ *Apud O Liberal*, 16-XII-1918; ver "O problema politico" (editorial), *O Século*, 23-XI-1918, p. 1 e, também, F.E.S, "Dr. Sidónio Pais", *Diário de Notícias*, 23-XII-1918, p. 1.

⁽⁸⁹⁾ Miguel Dias Santos, *ob. cit.*, p. 174.

⁽⁹⁰⁾ Maurício de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 101-102.

⁽⁹¹⁾ *Idem, ibidem*, p. 102.

Janeiro de 1919)⁽⁹²⁾ ⁹³. Esta escolha não foi pacífica, pondo, de novo, os oficiais das Juntas Militares em estado de ameaça de intervenção: como sinal de protesto pelos ministros escolhidos por Canto e Castro, três regimentos e outras fracções de unidades da guarnição de Lisboa, comandados pelo tenente-coronel João de Almeida deixaram os seus quartéis, na noite de 23 de Dezembro e dirigiram-se a Monsanto, estendendo-se pelo parque Eduardo VII, com vista a mostrar ao Governo o descontentamento das Juntas Militares em face da constituição do Governo que acabava de ser formado; por outro lado, as Juntas exigiam que não fizessem parte do elenco governativo personalidades com filiação ou compromissos partidários, tendo mesmo dito os comandos militares do Norte (entretanto convertidos em Junta Governativa do Norte) - e com quem Tamagnini teve mais problemas - que o novo Chefe do Governo estava a renegar "por completo" a obra de Sidonio e a trair a confiança dos militares. Tamagnini mandou, então, o general Garcia Rosado conferenciar com João de Almeida e com os outros dirigentes das tropas que, entretanto, se haviam recolhido ao Quartel de Queluz, continuando, no entanto, a exigir a formação de um gabinete forte e enérgico⁽⁹³⁾ Garcia Rosado terá entregue ao Coronel João de Almeida um telegrama do nosso Ministro em Londres onde este dizia que o Governo inglês veria com desagrado a ditadura militar; perante isto e as promessas de Tamagnini Barbosa, as tropas recolheram aos quartéis. No Porto, a reacção da Junta Militar à constituição do Governo de Tamagnini foi mais vigorosa e persistente; a Junta proclamou a sua conversão em Junta Governativa (constituída por vários oficiais, como João Gomes Espírito Santo, Artur da Silva Ramos, Madureira Bessa, Gaspar da Cunha Prelada, Antonio Soliari Allegro, etc.), incumbida de gerir os negócios do Norte, pois não estava convencida do acerto da escolha do Chefe de Estado⁽⁹⁴⁾; Tamagnini proibiu que esta

⁽⁹²⁾ *Idem, ibidem*, p. 103. Tamagnini Barbosa, oficial do Exército, fora, de 23 de Dezembro de 1918 até 7 de Janeiro de 1919, Presidente do Ministério e Ministro do Interior, dum Governo interino de que fazia parte, também, Canto e Castro. "Sidonista", fora a Ministro das Colónias de Sidónio Pais (de 11-XII-1917 a 7-III-1918) e, de novo, até 15 de Maio; foi, também, ministro do Interior de 15-IV-1918 a 8-X-1918; desta data até 23-XII-1918, geriu a pasta das Finanças, passando então, interinamente, a Presidente do Ministério e Ministro do Interior, até 7 de Janeiro de 1919.

⁽⁹³⁾ José Luciano Soliari Allegro, *ob. cit.*, p. 77.

⁽⁹⁴⁾ *Idem, ibidem*, pp. 77-78.

proclamação fosse distribuída em Lisboa. Poucos dias depois (a 28) a Junta Militar do Norte voltava à carga, dirigindo-se ao país e acusando o Governo de Tamagnini de estar a renegar "por completo" a obra de Sidónio Pais⁽⁹⁵⁾. Em contra-ataque, o Presidente da República, em comunicado do dia 31, manifestava o seu total apoio e confiança no Governo. Perante esta situação insustentável e, socialmente, perigosa, Tamagnini mandou ao Porto um indefectível sidonista, o tenente Teófilo Duarte, que, depois de difíceis negociações, trouxe um acordo da Junta Militar do Norte, que passava pela exclusão do Governo de ministros com influência partidária (era o caso de Egas Moniz e Afonso de Melo Pinto Veloso). Na tarde de 2 de Janeiro de 1919 chegaram a Lisboa, para conferenciar com o Governo - como representantes da Junta Militar do Norte - o coronel Silva Ramos e o chefe do estado-maior, tenente-coronel António Machado Coutinho. Ouviram os pareceres das Juntas sobre a escolha a apresentar ao Governo de um ministro da Guerra de confiança - e a escolha recaiu em Alberto da Silva Bastos. Este reunia todas as simpatias do Exército e entrava no Governo por iniciativa das Juntas. No dia 4 de Janeiro, a Junta Militar do Norte insistia na sua pretensão e voltava a fazer uma proclamação ao país ("A sua razão de ser") onde denunciava Tamagnini de não cumprir o pacto acordado em vida de Sidónio Pais e de trair a confiança dos militares, pois dois dos militares que faziam parte do seu Governo, tinham-se comprometido a constituir um Governo Militar, um "governo de força que, desde logo, sufocasse qualquer veleidade de assalto ao poder". Ora Tamagnini Barbosa "era o primeiro a trair o seu compromisso e lançar-se na aventura da presidência de um gabinete em cuja constituição se esboçava a emergência da possibilidade de regresso a uma situação aberta a todas as contingências de se ver destruída, em um momento, toda a obra da revolução de 5 de Dezembro"⁽⁹⁶⁾; por isso os oficiais da guarnição do Porto e Lisboa, que tinham assinado o pacto - tendo consigo o ministro da Guerra, Álvaro de Mendonça - só quando verificaram que Tamagnini não estava a cumprir o que fora acordado, se constituiu para de uma maneira ordeira, mas enérgica, chamá-lo à razão, apelando a que cumprisse a última vontade de Sidónio Pais, ou seja, a constituição de "um governo formado por homens absolutamente

⁽⁹⁵⁾ *Idem, ibidem*, p. 79.

⁽⁹⁶⁾ *Idem, ibidem*, pp. 84-85.

desligados de quaisquer compromissos partidários [...], que tomando nas suas mãos o poder o conservem como um penhor sagrado, unicamente durante o tempo indispensável para se sanear a atmosfera social e política, para que a nação tome conta do seus destinos e para que de futuro se assente no princípio de que a força armada obediente, mas inteligente, se não pode prestar a servir de guarda pretoriana de qualquer facção política, mas somente lhe interessa o bem-estar da nação⁽⁹⁷⁾. Apesar destas ameaças do alto oficialato monárquico-radical, iam passando os dias e Tamagnini não procedia à substituição dos ministros que a Junta do Norte tinha posto como condição para poder apoiar a sua permanência na chefia do Governo; por isso, a pouco e pouco lhe retiraram a confiança o que não o preocupava muito, pois como disse a Alfredo Magalhães - a crer numa infidélidade deste a Rocha Martins - a seu tempo "lhes daria o arroz"^{97 (98)}. O mal-estar entre a Junta Militar do Porto e o Governo foi-se agravando e Tamagnini, no dia 3 de Janeiro, depois de uma reunião alargada com os líderes monárquicos e católicos da Câmara dos Deputados e do Senado e seus presidentes, e à qual assistiram vários representantes das Juntas Militares, chegou a acordo para a formação de um novo governo no fim da tarde do dia 6 (e publicado no dia 7 no *Diário do Governo*). Abandonaram, então, o Governo, o dr. Afonso de Melo (ministro da Justiça), Forbes Bessa (ministro do Trabalho) e o general Corte Real (ministro da Guerra); em sua substituição, foram nomeados e empossados, o advogado monárquico, do Porto, Francisco Fernandes (como ministro da Justiça), o monárquico Silva Bastos (ministro da Guerra) e um íntimo colaborador de Sidónio Pais, Eurico Carneira (para ministro do Trabalho). Há quem tenha visto nesta recomposição ministerial - sobretudo os partidos republicanos - uma cedência de Canto e Castro às pressões da Junta Militar do Norte (cujos delegados se encontravam em Lisboa, no início do mês de Janeiro)⁽⁹⁹⁾. Todavia, com esta recomposição ministerial, Tamagnini Barbosa não só conseguiu a dissolução das Juntas Militares - como noticiaram os jornais do Porto dos dias 9 e 10 de Janeiro - como se manteve Presidente do Ministério e Ministro do Interior, não cedendo

⁽⁹⁷⁾ *Idem, ibidem*, pp. 84-85.

⁽⁹⁸⁾ *Idem, ibidem*, pp. 90-91.

⁽⁹⁹⁾ Gonçalo Pereira Pimenta de Castro, *ob. cit.*, p. 17.

às Juntas mais do que três ministros; deste modo conseguiu as condições necessárias - como disse na Câmara de Deputados e no Senado - para realizar os dois objectivos do seu Governo: consolidar a obra da República e continuar a obra de Sidónio Pais⁽¹⁰⁰⁾ *. No seio da maioria, esta declaração do Governo foi recebida com grandes reservas e a moção de confiança foi aprovada por uma pequena margem de votos.

Mas se esta recomposição governativa acalmou as Juntas Militares, crispou, contudo, a Oposição republicana; e ainda que não tenha sido causa única das insurreições republicanas ocorridas a partir de 10 de Janeiro de 1919, foi, certamente, a causa próxima de várias tentativas malogradas para inverter a nova situação política, a saber: o assalto ao Regimento de Infantaria 33, aquartelado no Castelo de S. Jorge, por oficiais democráticos; a tentativa de entrar no Arsenal da Marinha; as diversas revoltas, em várias povoações do país - como a Covilhã - e, sobretudo, a revolta de Santarém dirigida pelos democráticos - especialmente por Álvaro de Castro - e sob o comando militar do coronel Jaime Figueiredo, que teve início em 10 de Janeiro, tendo, como finalidade última, "o restabelecimento imediato da Constituição de 1911, a formação de um governo com representantes de todos os partidos republicanos e a liquidação completa da chamada 'república nova' de Sidónio Pais"⁽¹⁰¹⁾. Estas insurreições republicanas foram, porém, sol de pouca duração. As tropas governamentais, dirigidas, a partir do dia 14, pelo próprio ministro da Guerra, coronel Silva Bastos, em breve sufocaram os revoltosos de Santarém, que se renderam no dia 18⁽¹⁰²⁾. Ao que se disse, então, nos arraiais monárquicos, a revolta de Santarém tinha tido a cumplicidade tácita de Tamagnini Barbosa⁽¹⁰³⁾. Perante esta suspeita e a libertação dos presos políticos nela implicados e perante a ameaça de transferência das chefias militares do Norte, o ministro da Guerra, Silva Bastos, mandou dois emissários ao Porto a perguntar à Junta Militar do Norte, mais exactamente a Silva Ramos, se não estava disponível para uma iniciativa restauracionista; a resposta, segundo o testemunho de Teófilo Duarte, foi afirmativa⁽¹⁰⁴⁾. Por seu turno,

⁽¹⁰⁰⁾ *Apud idem, ibidem*, p. 105.

^{m)} *Idem, ibidem*, pp. 106-108; Gonçalves Pereira Pimenta de Castro, *ob. cit.*, p. 17.

⁽¹⁰²⁾ Ver José Luciano Solari Allegro, *ob. cit.*, pp. 106-107.

⁽¹⁰³⁾ *Idem, ibidem*, pp. 108-109 e 125-126. Ver Teófilo Duarte, *ob. cit.*, p. 367.

^{l)} *Idem, ibidem*, pp. 111-124.

⁽¹⁰⁴⁾ Teófilo Duarte, *ob. cit.*, p. 367.

os "juntistas" decidiram auscultar a opinião de Aires de Ornelas quanto à iniciativa de um movimento militar para estabelecer a Monarquia; este, num célebre *memorandum*, de 14 de Janeiro de 1919, disse "Go on/ Palavras d'El-Rei!"⁽¹⁰⁵⁾. Por sua vez, o jornal *A Patria!*, do dia 17 de Janeiro, num artigo de fundo intitulado "Ou agora ou nunca mais!", advogava a proclamação da Monarquia⁽¹⁰⁶⁾. E o que tanto almejavam os monárquicos radicais acabou por acontecer, no dia 19 de Janeiro, com a proclamação da Monarquia do Norte (contra a vontade de D. Manuel II, conforme veio a dizer em carta ao marquês de Lavradio).

5. A Monarquia do Norte

Na sequência do acto revolucionário de 19 de Janeiro, constituiu-se urna *Junta Governativa Provisória do Reino*, que revogou toda a legislação republicana e repôs a legislação, imediatamente, anterior ao 5 de Outubro⁽¹⁰⁷⁾. Presidia, à Junta, Paiva Couceiro, tendo, como ministros, Solari Allegro (Ministro do Reino), o visconde do Banho (Negócios Eclesiásticos), João de Almeida (Guerra), Luís de Magalhães (Estrangeiros) Artur da Silva Ramos (Obras Públicas) e o conde de Azevedo (Agricultura). Procurando-se uma justificação desta sublevação monárquica, é um deles - e certamente dos mais significativos - que nos diz ter sido "uma consequência natural e lógica do malogro do sidonismo", das fraquezas e transigências do Governo para com o velho republicanismo ou "República Velha" e da ameaça de um "ressurgimento do democratismo demagógico cujo triunfo seria o malogro total desses esforços pela restauração da ordem e dos princípios da autoridade"⁽¹⁰⁸⁾. Estes argumentos contêm a "chave" ideológica da contra-revolução pós-outubrista: liberdade (das democracias modernas) *versus* autoridade (das monarquias, inclusivé constitucionais).

⁽¹⁰⁵⁾ *Apud* José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, pp. 127-129.

⁽¹⁰⁶⁾ *Apud idem, ibidem*, p. 130.

⁽¹⁰⁷⁾ Sobre a Monarquia do Norte, para além da obra de Sollari Allegro supracitada ver, também, Luís de Magalhães, *Perante o Tribunal e a Nação, A Monarchia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coipibra Editora, 1925; *idem*, *A Crise Monarchica - documentos para a Historia e Liquidiação de Responsabilidades*, Porto, Livraria Lello.

⁽¹⁰⁸⁾ José Luciano Sollari Allegro, *ob. cit.*, p. 151.

O Governo reage à contra-revolução. Preventivamente, proclama o estado de sitio em todo o territorio nacional, no dia 20 de Janeiro, e, no dia seguinte, Tamagnini Barbosa, conferencia com os comandantes da Guarda Republicana, da Polícia e com o comandante do Corpo de Tropas de Lisboa; nesse dia verificam-se novas manifestações de populares a favor da República e constituem-se batalhões em sua defesa, que, no dia 22, desfilam, desde o Campo Pequeno até ao Terreiro do Paço, dando vivas à República e exigindo a libertação dos presos políticos que haviam entrado em movimentos anti-sidonistas ou na revolta de Santarém⁽¹⁰⁹⁾ 110 111. Tamagnini cede e liberta-os. Por sua vez, Alvaro de Castro escreve a Canto e Castro, não so protestando contra a excepção de Tamagnini manter em prisão os cabecilhas da revolta de Santarém, mas oírecendo-se para combater os revoltosos do Porto; é, também, libertado. Todavia, o Governo receia entregar armas aos civis, como lhe é pedido, pois pode estar a facilitar um movimento incontrolável; acaba, contudo, por fazê-lo, sob pressão das forças republicanas, especialmente, as mais anti-sidonistas. Canto e Castro, por sua vez, tenta dissuadir Álvaro de Mendonça e o Corpo de Tropas de Lisboa da aventura restauracionista.¹¹⁰ Em vão. E verdade que "o comando de quase todas as unidades do corpo de tropas de Lisboa estava entregue a oficiais monárquicos de reconhecida competência,⁽¹¹¹⁾ mas não tinham apoios suficientes. Monsanto - pela posição da artilharia que os revoltosos controlavam - foi o lugar escolhido para a concentração das tropas pró-monárquicas, no fim da tarde de 22 de Janeiro de 1919. Entre os civis, presentes em Monsanto, contavam-se Pequito Rebelo, Hipólito Raposo, Luís Vieira de Castro, Aires de Orneias, conde de Monsaraz, Manuel de Barros (ajudante do ministro da Guerra), Félix Correia, etc. Mas também estiveram militares - como Silva Ramos, Almeida Teixeira e Francisco Pimentel. Ao romper do dia 24 começou o fogo de artilharia de Monsanto. No anoitecer do dia 24, já a revolta de Monsanto fora jugulada. Bem mais difícil foi a derrota dos monárquicos do Norte. Estes conseguiram aguentar-se durante quase um mês, dominando todo o Minho, Trás-os-Montes (à excepção de Chaves), e as Beiras até à linha do Vouga. A *Junta Governativa Provisória do Reino*, pela qual o movi-

⁽¹⁰⁹⁾Sobre a oposição popular à Monarquia do Norte, veja-se José Telo, *ob. cit.*, pp. 232-235.

⁽¹¹⁰⁾José Luciano Soliari Allegro, *ob. cit.*, p. 177.

⁽¹¹¹⁾*Idem, ibidem*, p. 165.

mento se instituiu, procurou organizar, política, militar e, administrativamente, todo o território que lhe obedecia - e que passou à história com o nome de *Monarquia do Norte* - nomeando governadores civis para os distritos de Viana, Porto, Vila Real, Bragança, Aveiro, Coimbra e Viseu, criando um órgão de imprensa próprio e legislando, ininterruptamente, até 13 de Fevereiro seguinte. Com o apoio explícito dos partidos políticos, o Governo levou a cabo a repressão dos revoltosos. Depois de umas quantas escaramuças (não propriamente batalhas), a guerra civil terminou com a entrada das forças republicanas no Porto, em 13 de Fevereiro, e o içar da bandeira verde-rubra em todas as localidades do Norte⁽¹¹²⁾. Tamagnini derrotara os revoltosos de Monsanto e da Monarquia do Norte. Mas, para isso - e, consequentemente, para se conservar no poder - teve de aceitar a ajuda dos anti-sidonistas e estes pretendiam o regresso à "república velha" (conspirando, inclusive, interpartidariamente, para a sua reposição). Contudo, apesar da derrota monárquica, Portugal - como disse, então, um jornalista republicano e democrático - de republicano, naquele momento, só tinha o cenário⁽¹¹³⁾ (por exemplo: uma bandeira, uma Constituição, etc.); por detrás dele, os monárquicos estavam nos altos postos militares de comando, na maioria dos governos civis, nos comissariados da polícia, na administração dos concelhos, nos gabinetes ministeriais⁽¹¹⁴⁾. O governo de Tamagnini mantinha-se não só sidonista mas refém de muito monárquico. Por isso, os partidos republicanos apelaram à formação de um governo de "concentração" que abatesse os guiões partidários em defesa da unidade da Pátria⁽¹¹⁵⁾; esse apelo fê-lo, por exemplo, o Directorio do *Partido Republicano Português*,/*Partido Democrático* num comunicado aparecido n'0 *Mundo*, de 25 de Janeiro de 1919: "O Directorio é da opinião que no melindroso momento que atravessamos se impõe a formação de um governo de concentração republicana que inspire a maior confiança ao povo republicano"⁽¹¹⁶⁾.

⁽¹¹²⁾ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, 4ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1977, pp. 277-78.

⁽¹¹³⁾ Artur Leitão, "Marca alemã/Ornelas & Camossa", *O Mundo*, 4.2.1919, p. 1.

⁽¹¹⁴⁾ *idem, ibidem*.

<¹¹⁵> *O Mundo*, 26-1-1919, p. 1.

⁽¹¹⁶⁾ *Idem, ibidem*. Esta foi também a opinião manifestada ao Presidente da República, numa reunião efectuada em Belém, poucos dias antes, pelas forças políticas partidárias dominantes, em que esteve Artur Cohen em nome do PRP (*O Mundo*, 28-1-1919, p. 1).

Álvaro de Castro vai mais longe: defende que esse governo, além de retintamente republicano deve dar todas as garantias de que os monárquicos não voltarão ao poder nem cometerão os crimes do passado⁽¹¹⁷⁾. ^Incapaz de enfrentar a contestação social e as pressões políticas, Tamagnini Barbosa apresenta a sua demissão a Canto e Castro em 26 de Janeiro. Nesta conjuntura, note-se que Canto e Castro não hesitou em ordenar a repressão dos revoltosos republicanos e monárquicos, dando, simultaneamente, satisfação aos sidonistas, cumprindo o imperativo institucional de defesa da República e, ainda, procedendo em conformidade com as recomendações de D. Manuel II (que apelara ao respeito pelas instituições vigentes em nome da estabilidade social, até ao fim da Conferência de Paz). Maquiavélico? Não. Canto e Castro, apesar de militar, só aceitava a legitimidade da força quando ao serviço da lei. E a lei que jurara respeitar e defender era a Constituição de 1911. Qualquer revolta contra a ordem existente era, pelo menos do ponto de vista formal, um atentado à Constituição e às leis dela decorrentes.

6. O Governo de um republicano independente: José Relvas

Na sequência da demissão de Tamagnini Barbosa, Canto e Castro convocou, para Belém, dois grupos de personalidades: republicanos não sidonistas (Augusto Soares, Fernandes Costa e Barros Queirós) e republicanos sidonistas (Carlos da Maia, Vasconcelos e Sá e Machado Santos)⁽¹¹⁸⁾; os primeiros aconselharam que *refrescasse* o Governo, os segundos que o substituísse⁽¹¹⁹⁾. No dia seguinte, ou seja, em 25 de Janeiro, Canto e Castro convida José Relvas - um republicano independente - a formar Governo. Mantinha-se o Dr. Egas Moniz no Ministério dos Estrangeiros, Carlos da Maia foi para o Ministério das Colónias e Domingos Pereira, do Partido Democrático, entrou para o Ministério da Instrução e para Ministro da Guerra, foi nomeado Freitas Soares (que fora chefe de Gabinete de Tamagnini Barbosa). Neste Governo entravam já representantes de todos os partidos políticos, incluindo, pela primeira vez, um socialista - José

⁽¹¹⁷⁾ Álvaro de Castro, entrevista a *O Mundo*, ano XVIII, n° 6443,26-1-1919, p. 2.

⁽¹¹⁸⁾ Maurício de Oliveira, *ob. cit.*, p. 117.

⁽¹¹⁹⁾ *Idem, ibidem.*

Dias da Silva - para ministro do Trabalho. José Relvas teve a preocupação de organizar um Governo constituído pelo maior número de forças políticas republicanas e socialistas. Esta preocupação de José Relvas em fazer representar no Governo todas as correntes de opinião, deixou os democráticos, plenamente, satisfeitos, tanto mais que do elenco governativo faziam parte dois ministros democráticos (Domingos Pereira, para a Instrução e Paiva Gomes, para as Finanças)TM. Na sua apresentação do Governo ao Congresso, José Relvas disse ter procurado, em conformidade com a vontade do próprio Presidente da República, constituir um governo de concertação político-partidária, incluindo nele, também, um socialista; e porque era um governo de todos os partidos, acabava por ser um governo de partido nenhum; isso não significava menos apreço pelos partidos e pelo Parlamento, cujas prerrogativas respeitaria escrupulosamente. Mas ainda que Relvas tenha dito, nessa apresentação do Governo, que o seu partido era a República e o seu programa defendê-la, não deixou de salientar, também, que, na sua defesa, procuraria "subjugar enérgica e rapidamente a revolta monárquica (ainda em curso), promover a punição justa e legal de todos os responsáveis por tão criminoso tentativa, restabelecer a normalidade em todo o país e, em seguida, entregar o regime, salvo e purificado, em mãos que forem competentemente escolhidas para a continuação da obra redentora iniciada em 5 de Outubro de 1910."⁽¹²¹⁾. Mas a obsessão de Relvas por um "governo nacional" (entre outras razões, com o fim de minimizar a contestação político-social organizada e retirar legitimidade às intenções dos militares radicais) não foi, segundo Oliveira Marques, a melhor opção, do ponto de vista social, pois diante das crescentes dificuldades económicas, financeiras e políticas que o país defrontava, a opinião pública o que queria não era um governo de "políticos" mas de "competências" (a degradação do "político" chegara a este antagonismo!), pois acreditava que só por via destes, acima e além dos partidos, a Pátria **

(no) "Todos unidos!" (editorial), *O Mundo*, 29.12.1919, p. 1 e "Defesa da República!" (ed.), *O Mundo*, 30.1.1919, p. 1. Domingos Pereira, em entrevista ao *Mundo* (2-II-1919, p. 1) congratulava-se pela opção abrangente e pluripartidária (mas não hostil às instituições republicanas) de José Relvas, advertindo que o novo Governo não devia esquecer as conquistas sociais e democráticas já alcançadas (como a Separação da Igreja do Estado).

w O Mundo, 4-II-1919, p. 2.

se salvaria⁽¹²²⁾ ¹²³. Por outro lado, com o agravamento da crise social e, simultaneamente, com a queda da Monarquia do Norte, a contestação social e política assumia uma feição redutora e sectária, tendendo a identificar os males nacionais com o "vírus" realista; daí que, além de prisões de numerosos realistas, os republicanos mais extremistas e os voluntários civis tenham passado buscas em numerosas casas à sua procura e pedido a expulsão de todos os funcionários monárquicos e a sua substituição por "cidadãos autenticamente republicanos"*¹²³¹. Mas este simplismo e sectarismo não apareceu apenas no povo mais exaltado. Em entrevista ao *Mundo*, de 2 de Fevereiro, Machado Santos reclamava a dissolução do Parlamento e o saneamento da administração pública e do exército, expurgando-os de monárquicos e tomando aquele "estruturalmente republicano"; nesse mesmo mês, também *O Mundo* reclamava o afastamento dos monárquicos de cargos cujo exercício pusesse em causa o regular funcionamento das instituições republicanas⁽¹²⁴⁾; e o mesmo defendia o Directorio do Partido Democrático⁽¹²⁵⁾ ¹²⁶. Esta "limpeza" de monárquicos na administração pública, no exército, no ensino, e na imprensa periódica, etc. foi, também, veementemente, pedida por um grupo de velhos republicanos e socialistas, reunidos, em 9 de Fevereiro, no Centro Republicano António José de Almeida, (que se constituíram, então, em *Comissão Nacional de Defesa da República*)⁽¹²⁶⁾. Reaparecia a vindicta social, mas, agora, de sinal contrário. O país agia, cada vez mais, a preto e branco. Todavia, as medidas governamentais contra os monárquicos eram de tal modo diminutas, morosas e dúbias que havia quem se escandalizasse com tal displicência e passividade⁽¹²⁷⁾. Finalmente o Governo apresentou no Parlamento um projecto de lei para o habilitar a sanear os organismos do Estado, afastando os adversários do regime⁽¹²⁸⁾. Mas nem por isso a raiva popular anti-monárquica abrandou. Pedia-se a dissolução da Polícia e a responsabilização criminal dos oficiais e sargentos implicados

⁽¹²²⁾ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, 4ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1977, p. 282.

⁽¹²³⁾ José Luciano Soliari Allegro, *ob. cit.*, pp. 267-68.

⁽¹²⁴⁾ "Saneamento", *O Mundo*, 6-II-1919, p. 1.

⁽¹²⁵⁾ *O Mundo*, 7-II-1919, p. 1.

⁽¹²⁶⁾ *O Mundo*, 10-11-1919, p. 1.

⁽¹²⁷⁾ B.S., "Evitemos a farsa!", *O Mundo*, 12-11-1919, p. 1.

⁽¹²⁸⁾ *O Mundo*, 20-11-1919, p. 1.

na insurreição monárquica e a erradicação do vírus monárquico incubado nos quartéis, esquadras, escolas, cátedras, etc⁽¹²⁹⁾. Num comício de Lisboa, reclamava-se a erradicação dos oficiais e dos sargentos monárquicos do exército; demissão do funcionalismo monárquico; dissolução do Parlamento; confiscação dos bens dos monárquicos implicados nas insurreições; e dissolução do corpo da Polícia⁽¹³⁰⁾. O Governo, intimidado com esta fúria contestatária e vingadora, resolveu dissolver o Congresso (pelo decreto 5165, de 21 de Fevereiro), indo ao encontro do desejo dos republicanos, porquanto, jurídica e politicamente, nascera da Ditadura, tinha o vício da origem a desprestigiá-lo, e não representava a opinião nacional⁽¹³¹⁾ 132; e no mesmo diploma restabelecia, em pleno, a Constituição de 1911, com todos os seus efeitos e convocava os colégios eleitorais para o dia 13 de Abril de 1919. Não era outra a opinião de Canto e Castro que assinou, sem qualquer prurido, a dissolução; o que tinha sentido: nem o novo Ministério espelhava, politicamente, a correlação de forças com assento no Parlamento, nem este correspondia ao espírito da Constituição de 1911 que o Presidente da República jurara respeitar e defender; procedeu, pois, honradamente, e não - como, por vezes se crê - por incapacidade para travar "a ofensiva dos partidos"⁽¹³²⁾. Mas esta e outras medidas que subscreverá, levarão os seus antigos correligionários sidonistas a considerá-lo um traidor e um oportunista⁽¹³³⁾. O não abrandamento dos conflitos de rua entre os populares e as forças policiais de segurança, levou, por fim, o Governo a recolher-se ao quartel do Carmo, donde, no dia 22, extinguiu e desarmou essas forças, colocando-as sob custódia da guarda republicana. Neste quadro de escalada e agudização dos conflitos sociais, José Relvas tentou motivar a classe política para a necessidade da constituição de um grande partido republicano conservador. A ideia não era nova - ainda que absurda para os intregalistas, porque uma república conservadora, em seu entender, era um catalítico de ditaduras⁽¹³⁴⁾.

⁽¹²⁹⁾ "Liquidação", in *O Mundo*, 19-11-1919, p. 1 e Artur Leitão, "E Agora?..

O Mundo, 20-11-1919, p. 1.

<¹³⁰> *O Mundo*, 21-11-1919, p. 1.

⁽¹³¹⁾ *O Mundo*, 22-11-1919, p. 1.

⁽¹³²⁾ Maurício de Oliveira, *ob. cit.*, p. 17.

⁽¹³³⁾ *Idem, ibidem*.

⁽¹³⁴⁾ Caetano Beirão, "Conservadores", *A Monarquia*, ano III, n° 531,25-VIII-1919,

Em vão. Perante estas e outras dificuldades - como a saída dos ministros dezembristas - e cumprido já o essencial do seu programa, José Relvas apresentou no dia 27 de Março, ao Presidente da República, a demissão colectiva do seu ministério.

7.0 regresso dos democráticos ao Poder: Domingos Pereira e Sá Cardoso

Perante a demissão de José Relvas, Canto e Castro convidou o democrático Domingos Pereira (depois da recusa de José de Castro), para formar Governo (que tomou posse em 31 de Março), do qual "só faziam parte republicanos alheios à política sidonista. A quase totalidade dos ministros militava mesmo nos partidos que sempre se haviam oposto, intransigentemente, ao governo de Sidónio Pais"⁽¹³⁵⁾. Canto e Castro via soerguerem-se, diante dele, os homens expulsos pelo Sidonismo que ele servira, monárquicos presos e exilados, republicanos conservadores afastados dos seus cargos. Perante este "saneamento", insistentemente defendido pelas hostes republicanas, e ao qual Domingos Pereira ia dando satisfação, Canto e Castro, para evitar uma crise política, nada podia fazer, senão esperar pelas eleições de um novo Presidente da República e renunciar⁽¹³⁶⁾. Aparentemente, pelo menos. Mas na verdade - como adverte Oliveira Marques - esta "nova 'República Velha' não era a mesma de antes. Para começar, toda uma série de circunstâncias, de tipo internacional e nacional, mudara consideravelmente, devido à guerra: inflação, desvalorização da moeda, problemas económicos e sociais, conflitos entre gerações estavam a moldar uma nova ordem. Comunismo e fascismo surgiam, ameaçadores para a sociedade burguesa estabelecida. Por toda a parte se registavam atentados políticos. Através da Europa, os anos de 1919 a 1923 foram marcados por anarquia, instabilidade, perturbação genemlizada"⁽¹³⁷⁾;

(135) José Luciano Soliari Allegro, *ob. cit.*, pp. 269-270 e Maurício de Oliveira, *ob. cit.*, p. 132. Constituirão o novo Governo: Domingos Pereira (Presidente do Ministério), António Granja (Justiça), Ramada Curto (Finanças), António Maria Baptista (Guerra), Macedo Pinto (Marinha), Leonardo Coimbra (Instrução), João Soares (Colónias) e Júlio Martins (Comércio).

(136) Maurício de Oliveira, *ob. cit.*, p. 133.

(137) A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, voi. II, 4ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1977, pp. 279-280. Ver "A vida cara", *O Mundo*, I-IV-1919, p. 1.

por sua vez, os antigos chefes políticos (como Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho) tinham-se retirado da vida política activa⁽¹³⁸⁾. Os problemas, agora, eram outros e o mais grave de todos - o das subsistências - os políticos mostravam-se incapazes de o resolver⁽¹³⁹⁾. Entretanto, Domingos Pereira expunha, em entrevista ao *Mundo*, os seus objectivos: a reconstituição dos partidos republicanos, uma república "republicana", ou seja, sem monárquicos no poder; e dar prioridade aos problemas sociais⁽¹⁴⁰⁾. Entretanto, a agitação social continuava; e os democráticos advertiam que não só a liberdade era indissociável da ordem (que ninguém poderia exercer, se não houvesse segurança), que proletários eram todos os que trabalhavam e que a democracia não devia ser o beco sem saída das reivindicações sociais⁽¹⁴¹⁾. Em vão. A contestação operária e grevista continuou, apesar da preocupação do Governo, desde a primeira hora, em realizar uma política de reformas sociais⁽¹⁴²⁾ ¹⁴³, não deixando, todavia, simultaneamente, de reprimir, com violência, os contestatários (sobretudo os mobilizados pela UON), a ponto de ter de exonerar, em 6 de Maio, o director da Polícia de Segurança do Estado por este não concordar com as perseguições aos operários. Entretanto, as eleições previstas para 13 de Abril foram adiadas para 11 de Maio. Antes delas, porém, ou seja, em 3 de Junho, Canto e Castro aproveitará a abertura do Congresso para anunciar, neste, a sua renúncia ao cargo de Presidente da República - renúncia que já dera a conhecer, no dia 29 de Maio, a Domingos Pereira. No comentário a esta renúncia escreveu o periódico oficioso dos democráticos: "o país tem observado como o sr. Almirante Canto e Castro tem sido modelarmente contemporizador, tolerante, modesto, exercendo as suas funções com uma serenidade e uma simplicidade que são verdadeiros timbres da Democracia⁽¹⁴³⁾; qualidades que também o Congresso lhe reconhecia e, por isso, apesar da sua precaríssima saúde,

⁽¹³⁸⁾ *Idem, ibidem.*

⁽¹³⁹⁾ O *Mundo*, 5-IV-1919, p. 1; ver A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, 4ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1977, pp. 280-281.

<¹⁴⁰> O *Mundo*, 12-IV-1919, p. 1.

⁽¹⁴¹⁾ José do Valle, "Trabalhadores!", O *Mundo*, 1-V-1919, p. 1; B. S. "O operariado e a reacção", O *Mundo*, 8-V-1919, p. 1.

⁽¹⁴²⁾ "A febre do momento", O *Mundo*, 4-V-1919, p. 1.

⁽¹⁴³⁾ "A renúncia e um serviço à Republica", O *Mundo*, 4-VI-1919, p. 1.

Ele pediu para continuar em funções até à eleição do novo Presidente da República. No dia 5 de Junho, Canto e Castro, aceitou retirar o seu pedido de renúncia face ao interesse nacional e à gravidade da situação política. Também Domingos Pereira apresentou a demissão do seu Governo a Canto e Castro, em 12 de Junho, depois de terminada a ameaça de alteração da ordem pública e a prática de actos subversivos⁽¹⁴⁴⁾. As abstenções às eleições de Junho foram muitas (cerca de 80% dos eleitores recenseados), sendo, contudo, o Partido Democrático aquele que obteve o maior número de votos. Sintomática (pela negativa), terá sido, para Canto e Castro, a votação no *Partido Centrista* (de Egas Moniz), partido filosidonista que teve 238 votos em Lisboa e elegeu um só deputado em todo o país e tinha pretensões a partido de governo. Mas, ainda em funções, ou seja, desde as eleições até à tomada de posse do Governo seguinte - cem por cento democrático, que ocorrerá em 29 de Junho, e será presidido pelo coronel Sá Cardoso - o Governo de Domingos Pereira não só continuará com a sua violenta repressão sobre os operários contes tários (em 18 de Junho mandará encerrar as sedes da União Operária Nacional e do diário *A Batalha*) como tomará a iniciativa despudorada de publicar dezenas de decretos não só com reformas estruturais para a administração pública mas para satisfação de "amigos" e da clientela do Partido⁽¹⁴⁵⁾. A passividade de Canto e Castro perante estas e outras medidas, algumas da sua directa iniciativa (como a assinatura da dissolução do Parlamento, quatro dias depois da tomada de posse do Governo de Domingos Pereira), levarão os seus antigos correligionários sidonistas, uma vez mais, a apontá-lo como um traidor e um oportunista⁽¹⁴⁶⁾. Enganavam-se uma vez mais. A contestação social - já fortemente reprimida pelo Governo cessante - era demasiado grande para ser resolvida, sem riscos de uma guerra civil, com uma ditadura militar.

O Governo Sá Cardoso (nomeado nos últimos dias de Junho e exclusivamente constituído por ministros democráticos) não se afastou, no essencial, da política social e económica do Governo cessante. É visível a sua hostilidade para com os grevistas ou fautores da "desordem" (de que os grevistas ferroviários serão as vítimas exemplares, determinando, inclusivé,

⁽¹⁴⁴⁾ José Luciano Soliari Allegro, *ob. cit.*, p. 270.

⁽¹⁴⁵⁾ *Idem, ibidem*, pp. 269-270.

⁽¹⁴⁶⁾ Maurício de Oliveira, *ob. cit.*, p. 127.

em 22 de Julho, que vá à frente de cada comboio, um vagão com ferroviários grevistas, para se evitarem actos de sabotagem!). A sua sanha anti-anarquista e a sua contemporização com a reacção (reaparece, em Lisboa, em 18 de Agosto, o diário integralista *A Monarquia*), levam evolucionistas e unionistas, a procurar contrariar a redução esquerda /direita e republicano/anti-republicano, à bipolarização democráticos *versus* monárquicos/católicos, que se estava, de facto, a desenhar, fundindo-se aqueles dois movimentos partidários, em 19 de Outubro, num partido novo - o *Partido Liberal* (o desejado grande partido conservador cujo objectivo era alternar, rotativamente, com os Democráticos, o exercício do poder)⁽¹⁴⁷⁾. Por outro lado, ainda que António José de Almeida, eleito Presidente da República em 6 de Agosto, tivesse renunciado à liderança do Partido Evolucionista, não terá deixado de ver com bons olhos esta alternativa. E o mesmo se podia dizer de Canto e Castro - desafecto a radicalismos - que, a pedido do Congresso, ainda ficou no seu posto até à tomada de posse de António José de Almeida, em 5 de Outubro.

8. Conclusão

Disse João Chagas, depois da vitória sobre os monárquicos de Monsanto, que "a consequência lógica da vitória republicana de Lisboa deveria ser o restabelecimento da situação constitucional anterior a 5 de Dezembro, portanto, a demissão, ou deposição do chefe de Estado eleito por um parlamento saído da ditadura de Sidónio Pais e a dissolução do parlamento"⁽¹⁴⁸⁾; o que Canto e Castro não fez, em seu entender, por falta daquela clarividência que é apanágio dos portugueses⁽¹⁴⁹⁾. Mais contundente, disse Salazar o que se segue, num discurso pronunciado em 19 de Julho de 1951, a propósito das funções desempenhadas por Canto e Castro depois da morte de Sidónio, e do seu papel pacificador: "Sidónio é morto em 14 de Dezembro de 1918 e logo em 16 morre o presidencialismo,

⁽¹⁴⁷⁾ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal* vol. II, 4ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1977, p. 276.

⁽¹⁴⁸⁾ João Chagas, *Diário, 1918-1921*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1932, p. 529.

⁽¹⁴⁹⁾ *Ibidem, ibidem.*

pela reposição integral da Constituição de 1911 e a eleição, pelo Congresso, do novo Presidente da República. Mas o Congresso tem a maioria sidonista e a minoria monárquica, e o Governo era ainda o de Sidónio. No fim de Janeiro uma destas posições está perdida pela constituição de um ministério de concentração de todos os partidos e no fim de Fevereiro a outra com a dissolução do Parlamento. Segue-se outro Governo; pelo método que também em política se pode chamar das aproximações positivas, no fim de Março, no terceiro mês, portanto, já a presidência do Governo era entregue ao partido democrático, e nas eleições de Maio já a maioria lhe pertencia, como era de justiça e de razão. E logicamente, no fim de Junho, esse partido reconquistava, com outro Governo ainda, o pleno poder que lhe fora retirado pela revolução sidonista. Havia pouco mais de seis meses. E o bom do Almirante, que era um homem excelente, em tão curto espaço de tempo destruíra o regime, negara o Chefe e a sua obra, entregara o poder aos seus inimigos, assegurara o regresso da instabilidade governativa, não apaziguara as paixões políticas, e o destino inclemente não o poupou sequer à solidariedade que teve de emprestar com a sua assinatura a esse clamoroso escândalo dos decretos antedatados de 10 de Maio. Não pôde abandonar o seu posto antes do começo de Junho, como pedira. Refugiou-se, então, como se lê na carta de renúncia, dirigida ao Presidente do Congresso, no pensamento de que justiça seria feita aos seus actos "pela pura intenção que os determinou". Bastava certamente diante de Deus; era pouco talvez para o bem da Pátria e o juízo da História. Ambas as situações destruíram, pois, o que ambicionavam conservar; ambas agravaram as divisões que procuravam resolver; ambas reconstituíram o estado de coisas a que quiseram dar remédio"⁽¹⁵⁰⁾. E tudo se teria evitado se Canto e Castro - diz Salazar - sabendo o que é o mal e o bem, o justo e injusto, interviesse para evitar o descalabro do regime de que se afirmava o garante, e não fosse um mero ornamento - como o acusavam de ser - os integralistas. Ora nem João Chagas, nem Salazar nem os integralistas têm razão. Como escreve o seu biógrafo - Maurício de Oliveira - Canto e Castro nunca teve ambições políticas; nunca se prendeu aos lugares nem mesmo no tempo de Sidónio; se aceitou exercer o cargo de mais alto magistrado da Nação, foi movido

⁽¹⁵⁰⁾ *Apud* José Luciano Soliari Allegro, *ob. cit.*, pp. 273-74.

quer pelo dever e pelo seu "devotado patriotismo, relegando para segundo plano as suas convicções políticas" quer por temer a Guerra Civil⁽¹⁵¹⁾. É verdade - como disse - que nunca *sentiu* a República, mas esta nunca o hostilizou⁽¹⁵²⁾. Por isso, sempre a respeitou e lhe foi leal. Todavia, considerava o tempo em que fora Presidente da República - cargo de que se pretendeu livrar em nome das suas convicções monárquicas, mas que aceitou, como já dissemos, em nome duma pátria em perigo e do espectro da guerra civil - "a amargura máxima da sua vida"⁽¹⁵³⁾, um tempo em que deixou de viver e não queria recordar. E se não renunciou ao cargo - como disse - foi porque não quis faltar à palavra dada, à *palavra de honra*, nem ao juramento que fizera, mesmo que isso implicasse o sacrifício da própria vida⁽¹⁵⁴⁾. Esta honradez e lealdade foi, também, salientada pelo Congresso e, em especial, por António José de Almeida e António Maria da Silva. Suprema abnegação, que fazia dele, no dizer, de Mayer Garção, no *Correio da Manhã*, uma figura "recortada de Plutarco"⁽¹⁵⁵⁾. Talvez o *Diário de Notícias* não andasse longe da verdade, quando, em 8 de Outubro de 1919, ao fazer o balanço da sua actividade presidencial, disse que ele foi "o homem que o *destino* inventara. [...] o escolhido, e talvez por ser ele, é que a nação não caiu na mais espantosa das anarquias e que a República se não subverteu". Provavelmente, sim. Mas o que mais impressiona no seu percurso presidencial, é a sua intransigente fidelidade a uma ética (cujos princípios julgava imutáveis) e, consequentemente, a sua fidelidade a um certo código de conduta, que sobrepunha a qualquer conveniência ou crença políticas.

⁽¹⁵¹⁾ Maurício de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 14,18 e 89-90.

⁽¹⁵²⁾ *Idem, ibidem*, p. 43.

⁽¹⁵³⁾ *Idem, ibidem*, p. 45.

⁽¹⁵⁴⁾ *Idem, ibidem*, pp. 20 e 97.

⁽¹⁵⁵⁾ *Apud idem, ibidem*, p. 99.